

Estados dependem de recursos para cumprir os compromissos

O funcionalismo público é o "calcanhar de aquiles" de todos os orçamentos estaduais. Pagar os funcionários é um sacrifício que, às vezes, exige de cada Governo a utilização de toda a arrecadação e ainda recursos vindos de Brasília. Um dos exemplos dessa dificuldade é o Rio Grande do Sul que, após o recente aumento dado ao magistério, gastará todo o dinheiro arrecadado com o ICM — que corresponde a 90 por cento do total da receita — para pagar seus funcionários e ainda será insuficiente. O Estado recebeu Cz\$ 17,2 bilhões do imposto este ano,

mas tem uma folha de quase Cz\$ 1,6 bilhão mensal.

A situação do Governo gaúcho e de outros só não está pior graças ao Plano Cruzado. É que com o aumento das vendas cresceu o montante do ICM e os salários dos servidores continuaram congelados. O Rio Grande do Sul, que em 85 tinha uma folha de pagamento 38 por cento superior ao imposto, chegou a equilibrar o quadro, mas já a partir deste mês voltará a estourar os recursos destinados aos 200 mil funcionários.

Enquanto São Paulo e Minas Gerais repassam cerca de 80 por

cento total do ICM para as despesas com pessoal, Goiás vive momentos dramáticos, sem ter de onde tirar mais dinheiro. No segundo semestre, a folha de pagamento do Estado consumiu toda a receita, tanto a oriunda de tributos quanto a repassada pelo Governo federal, prejudicando os investimentos.

Se o Maranhão tem um ICM que dá para a "conta-do-chá", cobrindo exatamente o valor de sua folha, o Amapá certamente está satisfeito por ser território e não ter que arcar com os encargos de Estado, bancados pela União. Lá, o Imposto sobre

Circulação de Mercadorias depositou este ano nas contas do Governo apenas Cz\$ 68 milhões, menos da oitava parte do necessário para manter seu quadro de funcionários, calculada em Cz\$ 564 milhões.

Quem menos gasta com o funcionalismo público é o Governo do Pará, que se contenta com um quadro que consome apenas 39 por cento de sua receita. O mesmo não pode se dizer do Piauí, um dos Estados mais pobres da Federação, que fechará 86 com uma receita anual de menos de Cz\$ 1 bilhão e uma folha de Cz\$ 160 milhões mensais.